



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

<b>COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS CORPORAIS</b>		
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>Nº:</b> 1376/11	<b>DATA:</b> 14/09/2011
<b>INÍCIO:</b> 15h34min	<b>TÉRMINO:</b> 16h02min	<b>DURAÇÃO:</b> 00h28min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b>	<b>PÁGINAS:</b> 10	<b>QUARTOS:</b> 6

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

**SUMÁRIO:** Reunião destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

OBSERVAÇÕES

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.**



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo *quorum* regimental, declaro abertos os trabalhos da segunda reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer os direitos da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel e degradante.

Convido a Deputada Teresa Surita, Relatora, e a Deputada Liliam Sá, Vice-Presidente da Comissão, a compor a Mesa.

Esta reunião foi marcada para que aprovamos o plano de trabalho da Comissão.

Tenho em mãos a ata da primeira reunião, realizada no dia 30 de agosto de 2011. Gostaria de saber se algum dos Parlamentares presentes considera necessária a leitura da ata, na medida em que ela é do conhecimento do conjunto dos Parlamentares. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Dispensa da leitura da ata a pedido da Deputada Liliam Sá, coloco a ata em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo ao conjunto dos Parlamentares desta Comissão que, a partir de hoje, toda as comunicações a respeito da realização das nossas reuniões serão feitas por meio do *e-mail* institucional, seguindo recomendação da própria organização da Casa.

Informo também que os consultores legislativos Gilsomar Silva Barbalho e Simone Maria Machado Bonfim foram designados para prestar assessoramento a esta Comissão.

Nós temos o objetivo de planejar o trabalho da Comissão e de aprovar esse plano de trabalho. Obviamente, ao aprovamos o plano de trabalho, não estaremos



aprovando que os requerimentos sejam desnecessários. Mesmo aprovado o plano de trabalho, é necessário que se apresentem os respectivos requerimentos para a realização das discussões que forem objeto de deliberação desta Comissão.

Eu gostaria, primeiramente, de passar a palavra à Relatora, Deputada Teresa Surita, para que ela possa, de forma sucinta, apresentar uma programação para o desenvolvimento dos trabalhos.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Deputada Erika Kokay, Presidente da Comissão Especial; Deputada Liliam Sá, Vice-Presidente; a idéia, neste primeiro momento, seria trazer a proposta de trabalho para ser desenvolvida num prazo dentro do qual pudéssemos ter como meta a aprovação da lei até dezembro deste ano. Nós queremos realmente obedecer ao prazo legal, abrindo dentro desse prazo legal todas as discussões.

O que eu trouxe aqui não significa exatamente nada fechado; é apenas uma proposta, apenas um caminho para seguirmos uma orientação de trabalho. Trata-se de uma rápida apresentação que define bem nossa intenção e que está aberta a que todos os Deputados apresentem seus requerimentos, conforme a necessidade ou o interesse de cada um.

*(Segue-se apresentação de imagens.)(?)*

Então, num primeiro momento, numa pequena conversa entre os componentes da Mesa, solicitaremos audiência com alguns Ministros que entendemos fazerem parte desta discussão: a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça.

A ideia é a seguinte: além dos mecanismos que já existem hoje, que seriam os Conselhos Tutelares e todas as ferramentas existentes para acompanhar a questão da lei, criar uma rede dentro do Governo Federal que possa garantir, de fato, a aplicação da lei como está, de acordo o artigo que torna bem claro o seu acompanhamento, a divulgação, a educação, enfim toda a didática que é preciso fazer.

Nesse primeiro momento, teríamos essa audiência. E junto com os Ministros haveria a solicitação de pessoas dentro do Ministério para que pudesse acompanhar



a Comissão e nos trazer todas as informações necessárias para que possamos formar essa rede de articulação. Dividiríamos o plano de trabalho a partir de hoje, que é a apresentação dessa exposição e também já a votação de alguns requerimentos.

No próximo dia 27, terça-feira, seria a primeira audiência pública, na qual traríamos os Conselhos. São vários Conselhos. A proposta é, e lembrando que aberta para qualquer sugestão: o CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Nacional de Assistência Social; o Conselho Nacional de Saúde; e o Conselho Nacional de Justiça. Seria a primeira audiência pública abrangendo esses Conselhos, para que pudéssemos ouvir a realidade dentro da visão de cada área.

Na segunda audiência pública, abriríamos para a sociedade civil organizada. E o convite seria direcionado para os Presidentes das entidades. Na questão dos Conselhos, os convites seriam direcionados para que os Conselhos colocassem aquela pessoa que eles acham que devam falar sobre o assunto.

Na questão da organização da sociedade civil, seriam os requerimentos direcionados para os Presidentes das entidades. E dividiríamos a questão da sociedade organizada em duas audiências, porque entendemos que o número de pessoas a serem ouvidas extrapola uma audiência só, até porque devemos ter o cuidado para que não haja muitas pessoas falando numa audiência só para não tornar cansativo e você não ter o aproveitamento que gostaríamos que tivesse.

Então, na primeira audiência, como proposta, seriam: Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos da Infância e da Juventude e Associação Nacional dos Centros de Defesas da Criança e do Adolescente. E mais: o ideal seriam três entidades, onde pudéssemos fechar bem num número que fica agradável de se ouvir, com tempo para todos falarem.

Na terceira audiência pública seriam: o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Sociedade Brasileira de Pediatria. E ficaria aberto para mais um convite ou aquilo que os Deputados acharem ou os nossos parceiros acharem que é importante.



Na quarta reunião de audiência pública, a ideia seria ouvir os especialistas na área que pudessem trazer para nossa Comissão esclarecimentos que serão necessários para a discussão.

Então, nós temos aqui algumas sugestões. É importante dizer que os nomes que estão aqui foram pesquisados por nossa assessoria, mas que não têm necessariamente ainda nenhum convite formal, porque a gente quer realmente que haja uma participação de toda Comissão e que a gente possa atingir a nossa necessidade de receber as informações.

Então, como proposta: Nancy da Graças Cardia, do Núcleo dos Estudos da Violência da USP; Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, da Universidade Federal de Santa Catarina; João Batista Costa Saraiva, Juiz de Direito do Rio Grande do Sul; Renato Flores, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Silvia Koller, também da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Maria Lúcia Leal, da VIOLES, da UnB; e Vicente Faleiros, também da UnB.

E como disse, são sugestões. Quero realmente deixar aberto para qualquer outro tipo de contribuição.

E a quinta audiência pública, que seria no dia 10 de novembro, nós ouviríamos então essa possível rede que nós queremos formar, que seriam as áreas do Governo. Então, é a Secretaria de Desenvolvimento Humano, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Justiça — Secretaria de Direitos Humanos. Tem um erro aí.

Porque a ideia seria, de fato — já que o objetivo inicial é uma lei educativa —, que nós tenhamos mecanismos para que essa lei possa atingir os objetivos. Que não seja mais uma lei que a gente não consiga aplicá-la.

Na última audiência pública, nós chamamos de fatos e versões. As sugestões estão abertas porque nós estamos pensando em terminar com o seminário durante todo o dia. Esse seminário seria abrangente a vários Estados, naquilo que nós entendemos e que surgir durante os trabalhos que seja interessante convidar.

E além disso também, buscar experiências ou depoimentos visando a participação de todos os parceiros, enfim, daquilo também do que a gente coletar durante todo esse trabalho.



No dia 29 de novembro, nós queremos fazer apresentação do parecer preliminar, a discussão e o ato solene com assinatura do pacto contra os castigos corporais. No dia 6, seria apresentação final do parecer, porque nós teríamos então tempo suficiente para ouvir todos os segmentos e para que nós pudéssemos realmente terminar esse debate e esse trabalho até o final do ano.

A preocupação do ano que vem é um ano eleitoral, quer dizer, é um ano que, sem dúvida nenhuma, vai atrapalhar essa discussão. Então, se nós conseguimos manter esse ritmo de trabalho, nós vamos, acredito, atender os objetivos.

Fora isso também, há as audiências que serão feitas fora de Brasília, e aí vai ser de acordo com os requerimentos apresentados. Eu sei que uma delas será apresentada pela Deputada Liliam Sá, no que diz respeito ao Rio de Janeiro, mas nós abriremos também para outros lugares do Brasil em que se fizer necessário a nossa presença.

Então, essa é a nossa proposta de trabalho. Eu acredito que está bem enxuta, mas que realmente está aberta para discussão para que ela possa ser enriquecida, enfim, para que a gente possa, de fato, conseguir um bom relatório.

**A SRA. PRESIDENTA** (Erika Kokay) - Agradecendo a Deputada Teresa Surita a leitura das propostas que foram feitas e que foram construídas de comum acordo, construídas a partir de uma reunião que foi feita com a Mesa Diretora desta Comissão, na qual estiveram presentes a Deputado Liliam Sá, a Deputada Surita e eu, Deputada Erika Kokay.

Temos, portanto, uma proposta de trabalho que se concentra em todas essas audiências públicas a serem realizadas e na realização de um ato solene com assinatura do pacto contra castigos corporais, na construção de uma rede do Poder Legislativo. Que possamos construir essa rede nos Poderes Legislativos estaduais, identificando os pontos focais, e nos Legislativos Estaduais. E que nós tenhamos, como aqui foi dito, audiências públicas também em cinco regiões do País.

Estamos acolhendo as sugestões dos Deputados e Deputadas membros desta Comissão, para que nós possamos realizar essas audiências públicas, para além do trabalho e das discussões que serão realizadas nesta Casa. Nós temos as segundas e as sextas-feiras que nós podemos utilizar para a realização dessas audiências públicas nas cinco regiões.



E, como aqui já foi dito pela Deputada Teresa Surita, achamos que o projeto tem um elemento absolutamente fundamental, tem um caráter extremamente pedagógico, mas o elemento fundamental da elaboração e da construção de políticas públicas. Por isso, o trabalho desta Comissão também tem uma relação, ele tem que dialogar com o Executivo, e a realização de reuniões, portanto, com cinco Ministérios, que já foram aqui explicitados pela Deputada Teresa Surita.

Então, temos, portanto, esse plano, que nós gostaríamos de colocar em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocá-lo em votação, o plano aqui apresentado pela Deputada Teresa Surita.

Portanto, os Deputados e Deputadas que estão de acordo com este plano de trabalho permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O plano, portanto, foi aprovado.

Nós temos alguns requerimentos, que foram apresentados a esta Comissão, até porque vou reafirmar o que já falei no início desta reunião, de que o fato de aprovarmos essas audiências públicas não faz com que não sejam necessários, não tornam desnecessários os requerimentos específicos para a realização dessas audiências.

Portanto, temos aqui e vou submetê-los a discussão e votação alguns requerimentos.

Requerimento nº 1, de 2011, do Deputado Eduardo Barbosa, que requer a realização de audiência pública com a finalidade de debater a violência praticada contra pessoas com deficiência nas escolas.

Eu vou proceder a leitura de todos os requerimentos que aqui temos para que possamos votá-los em bloco.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vamos votar, então, um a um.

Requerimento nº 1, do Deputado Eduardo Barbosa, que requer realização de audiência pública com a finalidade de debater a violência praticada contra pessoas com deficiência nas escolas.

Em discussão.



Não havendo quem queira discutir.

Em votação.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

APROVADO o requerimento.

Requerimento nº 2, da Deputada Teresa Surita, que requer realização de audiência pública com os conselhos: CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNAS — Conselho Nacional de Assistência Social, CNS — Conselho Nacional de Saúde e CNJ — Conselho Nacional de Justiça, com a finalidade de debater sobre a educação de crianças e adolescentes no nosso País, sem uso de castigos corporais.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

APROVADO O REQUERIMENTO.

Requerimento nº 3, da Deputada Teresa Surita, que requer realização de audiência pública com segmentos da sociedade civil organizada, abrangendo o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e SBP — Sociedade Brasileira de Pediatria, com a finalidade de debater sobre educação de crianças e adolescentes no nosso País, sem uso dos castigos corporais.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

REQUERIMENTO APROVADO.

Requerimento nº 4, da Deputada Teresa Surita, que *“requer a realização de audiência pública com a sociedade civil organizada, nas pessoas dos Presidentes das entidades ABMP — Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude e ANCED — Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, com a finalidade de debater sobre a educação de crianças e adolescentes no nosso País e o uso de castigos corporais, no dia 2/10”.*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 5/11, da Deputada Liliam Sá, que *"requer a realização de audiência pública da Comissão Especial que analisa o PL 7672/10, que estabelece o direito de crianças e adolescentes serem educados sem o uso de castigos corporais, no Estado do Rio de Janeiro"*.

Em discussão o requerimento da Deputada Liliam Sá. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Todos os requerimentos aqui apresentados foram aprovados. Aprovamos também o plano de trabalho. Vamos dar prosseguimento a ele, solicitando reunião com os Ministérios e organizando as devidas audiências públicas. Como disse — estou repetindo pela segunda vez, portanto, é a terceira vez que falo —, são necessários os requerimentos específicos para a realização das audiências que aprovamos neste momento.

Pergunto às Deputadas Teresa Surita e Liliam Sá se querem fazer uso da palavra, neste momento, uma vez que já demos prosseguimento a todos os requerimentos e ao objeto da realização desta reunião.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Quero cumprimentar todos, cumprimentar a Mesa. Não tenho nada a colocar, senão que gostei muito do plano e que temos de dar prosseguimento a ele.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Eu acredito que o assunto dessa lei cria polêmica. Então, é muito importante a participação dos nossos parceiros durante os nossos debates. É muito importante que seja levantada qualquer questão, para que possa ser esclarecida e, enfim, possamos ter um bom resultado no relatório.

Mais uma vez, reforço o que a Deputada Erika Kokay falou: essa é apenas uma sugestão, e estamos abertos a qualquer outra que se queira apresentar.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Estamos marcando nossa próxima reunião para o dia 27 de setembro, terça-feira, quando realizaremos a nossa primeira audiência pública, aprovada por meio de requerimento no dia de hoje, que faz parte do plano de trabalho e diz respeito à fala dos diversos conselhos afetos à temática dos direitos das crianças de viverem sem castigos corporais ou serem submetidas a qualquer tratamento degradante, que possa abalar a sua condição humana. Estamos também convocando reunião ordinária da Comissão para o próximo dia 27. Vamos começar com a audiência e, tão logo tenhamos *quorum* para deliberação, se porventura houver novos requerimentos ou sugestões, nós a suspenderemos e abriremos o processo de deliberação.

Portanto, estamos convocando reunião ordinária e audiência pública para as 14h30min do dia 27 de setembro. Como audiência pública não demanda a existência de *quorum*, se houver dificuldade em atingirmos o *quorum* num primeiro momento, começaremos com a audiência pública e a suspenderemos tão logo haja o *quorum* necessário para deliberação.

Anuncio a presença da Deputada Carmen Zanotto, a quem pergunto se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, que cumpriu os seus objetivos, agradecemos imensamente a presença de todas e todos. Compartilhamos com todas e todos o nosso entusiasmo por estarmos estabelecendo neste País um marco legal de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes, e mais do que isso, de construção de uma condição que muitas vezes a sociedade teima em não realizar, a condição de sujeito, que é inerente à existência humana das nossas crianças e adolescentes.

Penso eu que se uma criança for espancada por alguém, for agredida ou levar uma palmada que seja de alguém na rua, esse ato terá uma reação muito grande do conjunto da sociedade e particularmente dos pais. Mas parece que, quando isso acontece dentro de casa, os mesmos atos que provocaram indignação na rua passam a ser considerados normais e naturais.

Portanto, esta Comissão tem o objetivo de criar um novo marco legal e nós estamos absolutamente entusiasmadas e entusiasmados na sua construção, que será um grande avanço na nossa legislação.



Não havendo mais nada a tratar, agradece a todos os Deputados e Deputadas a presença e declaro encerrada a presente reunião lembrando a todos que a nossa próxima reunião ordinária e audiência pública será no dia 27 de setembro às 14h30min em plenário a ser informado no momento exato e em tempo hábil. Um grande abraço.

Declaro encerrada a presente reunião.